

LITERATURA E SOCIEDADE

Em busca da forma literária

por Ana Paula Pacheco

Literatura e sociedade é um livro ímpar na produção de Antonio Candido. De modo dinâmico e interligado, reúne, como poucas vezes, discussão teórica sobre o assunto, exame de linhagens da história literária brasileira, formulações fundamentais ao exercício da crítica literária.

Como de costume, seus pontos de partida são expressos em formulações cristalinas ao longo dos capítulos, e deles seus livros seguintes continuarão a tirar consequências: “as manifestações artísticas são coextensivas à própria vida social”, “seu caráter desinteressado subsiste” mesmo nas sociedades em que elas se misturam a práticas de subsistência e de celebração, como entre os povos originários. “A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público, nem este é passivo, homogêneo...” “A literatura é [...] um sistema vivo de obras.” “Elite literária” significou num país iletrado, “até bem pouco, não refinamento de gosto, mas apenas capacidade de interessar-se pelas letras”.

A clareza dos termos não abre mão das complexidades que o assunto envolve, antes assinala um enquadramento. Para dizer numa

palavra, desde o estilo de sua escrita, o autor toma o partido (que é também um desafio) de compreender a sociologia, a história literária e a crítica como disciplinas que ensinam a ler em profundidade cada obra sem afrontar sua construção única, e a compreender a literatura em sua dimensão *coletiva*, envolvendo acumulação, avanços, retrocessos, debate e constituição de grupos.

Preparado como ninguém para realizar a difícil tarefa de examinar convergências e especificidades irreduzíveis no campo dos estudos sociológicos sobre literatura e no da crítica literária, Antonio Candido, como se sabe, formou-se em sociologia antes de mudar de campo e fundar o departamento de teoria literária da USP. Seu estilo, contrário a todo rebuscamento, a lisura das posições e o empenho didático desagradaram os amantes do obscurantismo, da visão da literatura como pura inspiração e feito estritamente individual.

Numa tonalidade despreziosa e desanuviada, o autor organiza séries históricas e explícitas e discute posições teóricas, reavivando o debate sobre um assunto que havia sido moda e logo passaria a tabu. Ao fazê-lo, recoloca a questão das relações entre literatura e sociedade em novos termos, pois para ele se trata de compreender não só os vínculos entre a força imanente da literatura e as circunstâncias histórico-sociais que sobre ela incidem, ou a partir dela se constroem, mas também de reivindicar como ponto central para a crítica literária a investigação dos modos pelos quais tais circunstâncias confluem para a forma das obras. Note-se de passagem que, assim, o autor armava o alicerce de seus grandes ensaios posteriores, como “Dialética da malandragem” e “De cortiço a cortiço”, ambos em *O discurso e a cidade*.

Vale lembrar que, historicamente, a compreensão das relações entre literatura e sociedade havia sido pautada, na crítica naturalista do século XIX, por uma visão da obra como produto diretamente condicionado pelo meio, pelo clima, pela raça, via de regra perpassados, como se sabe, pelo ranço violento e preconceituoso de um cientificismo eugenista. De outro lado, a corrente crítica que se oporia a tais

“Numa tonalidade despretensiosa e desanuviada, o autor organiza séries históricas e explicita e discute posições teóricas, reavivando o debate sobre um assunto que havia sido moda e logo passaria a tabu.”

abusos, o estruturalismo, que entraria em voga nos anos 1970, alçava a especificidade da obra literária a mito, encarando-a como mônada fechada ao trânsito de seus significados no mundo, das influências da história, da sociabilidade e da vida em seus múltiplos aspectos sobre os materiais, a configuração particular e os sentidos da criação literária. O leitor não demora a perceber que esse volume de 1965 desbasta o terreno, desfazendo antinomias até hoje não inteiramente superadas, adiantando-se ao debate que nos anos seguintes visaria a expulsar das obras a história e até mesmo a interpretação de seus dados estruturais. Além disso, que já não seria pouco, Antonio Candido identifica linhagens e problemas que envolvem as particularidades da história literária num país atrasado como o Brasil.

“Crítica e sociologia”, ensaio de abertura do livro, delimita o terreno e o interesse de abordagens distintas. De um lado, a visada sociológica (interessada, por exemplo, nas condições de produção e de recepção de uma obra, no papel social da arte em determinada sociedade, na função social, ou mesmo política, do escritor). De outro lado, a crítica literária, ou a análise particularizada, atenta a procedimentos técnico-formais e à maneira como os dados externos passam à estrutura interna de cada obra literária, num movimento de decifração e imaginação cujo percurso, quando bem-sucedido, deve levar a uma renovada interpretação da obra, abrindo trilhas hermenêuticas e reconfigurando nossa própria cognição das dinâmicas da sociedade e da história. O livro começa, dessa maneira, desmontando o ponto

de vista corrente, paralelístico no que tange às relações entre literatura e sociedade, a fim de corrigir a compreensão que reduz tal nexa à mera verificação, no poema ou no texto de ficção, do que a história já conhecia previamente, ou, no melhor dos casos, à descoberta de novos dados sobre a sociedade, presentes como *assunto* na literatura.

Isto é, em capítulos como o acima citado, ou como “A literatura e a vida social”, “O escritor e o público”, Candido recupera o interesse da sociologia como disciplina auxiliar para a compreensão das circunstâncias que envolvem uma obra. Mais do que isso, ele coloca em prática tal abordagem, identificando e organizando linhas formativas, de acumulação e continuidade na história literária, seja de um estilo, de um conjunto da produção em terminado tempo e espaço, seja da posição e função social específicas de escritores; seja, ainda, da maneira como os aspectos sociais envolvem a vida artística e literária em seus diferentes momentos. De modo pioneiro e organizador, Candido preocupa-se em delimitar o largo terreno das relações entre literatura e sociedade. E, não menos importante, o faz construindo um princípio para a abordagem crítica que respeite o caráter único das obras em sua relação com a história social, distinguindo os objetivos da análise sociológica do escopo da análise crítica.

No processo, velhos conceitos são desempoeirados, como no caso da recepção, entendida não apenas como fenômeno posterior, completamente externo à configuração literária, e sim como momento final da feitura da obra. Ou como no caso da pergunta sobre a influência exercida pelo meio social na obra de arte, que passa à mão dupla quando o crítico se pergunta também como a obra influenciou determinado meio social, ou como ela plasmou determinado meio, criando seu público específico.

Nos capítulos de história literária, a exemplo de “A literatura na evolução de uma comunidade”, Candido adota uma perspectiva diacrônica e retoma, expandindo ou particularizando a partir de novos objetos, encadeamentos formativos da literatura brasileira (que continuam

atuando mesmo depois que ela se formou), articulados como sistema de relações entre autor, obra e público, para além das manifestações literárias “soltas”, como mostra esse estudo sobre a constituição de um sistema literário paulista.

Em “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, o grande capítulo de história literária desse livro, ganha corpo uma ideia reguladora que será proeminente por todo o século XX na crítica materialista brasileira: a “dialética do localismo e do cosmopolitismo”. Até o primeiro momento modernista, mostra Antonio Candido, os programas literários oscilaram entre a ênfase local e a universal, em busca de constituir uma literatura brasileira; ora procurando responder ao dilaceramento próprio à identidade do país de passado colonial, ora empenhando-se em atingir o patamar estético e o estado atual das técnicas e tendências dominantes nos países europeus. O capítulo examina linhas centrais, afinidades e dissonâncias no naturalismo, na literatura decadentista ou de permanência (entre 1900 e 1922), assim como o surgimento de um pensamento brasileiro no ensaísmo dos anos 1930, tributário da literatura, e o refluxo mais conservador, estética e politicamente, da Geração de 45.

Romantismo e modernismo são considerados fases culminantes da afirmação de uma cultura local, nas quais contradições não deixaram de atuar: a busca de novas formas expressivas e de uma linguagem própria, mesmo *pari passu* com a descoberta do país real (no caso do modernismo), supunha ainda passar por modelos europeus ou por condutas disruptivas engendradas além-mar, sem prejuízo, porém, da originalidade com que autores trabalharam a matéria social, a sociabilidade particular, a paisagem e a cultura locais, como componentes da forma artística.

Vale ressaltar que o capítulo inaugura, fora dos rodapés de jornal, um pensamento sobre o primeiro tempo modernista. Em sua fase heroica, aponta o autor, os modernistas conquistaram a libertação de uma série de recalques históricos, sociais, étnicos, trazidos à consciência literária. Tal conquista, a do “desrecalque localista”, produziria então uma

síntese entre o localismo e o cosmopolitismo. Deixando de lado a posição de inferioridade, marca do anterior diálogo com Portugal e com a Europa, os modernistas passaram a perseguir um novo tipo de particularismo, que se afirmou em oposição a todo academicismo, “a começar pelo de casa”. Se na Europa daqueles primeiros decênios do século XX as vanguardas encontraram nas culturas originárias novos enunciados formais e angulações para olhar criticamente o processo modernizador e a própria ordem burguesa, no Brasil os traços pré-modernos “se mistura[va]m à vida cotidiana ou [eram] reminiscências ainda vivas de um passado recente. As terríveis ousadias de um Picasso, um Brancusi, um Max Jacob, um Tristan Tzara, eram no fundo mais coerentes com a nossa herança cultural do que com a deles”. “Reencontrando a influência europeia por um mergulho no detalhe brasileiro”, os modernistas atinavam, de modo insuspeitado, para um tipo ao mesmo tempo local e universal de expressão, o qual deixava de lado o patriotismo ornamental, para dar ênfase à pesquisa do país de contrastes.

Lado a lado com tais estudos, Antonio Candido vai formulando, nos ensaios mais empenhados teoricamente, uma noção avançada de forma, que não se reduz às técnicas arregimentadas por uma obra (como sustentariam as leituras mais formalistas). Trata-se de um conceito cuja ênfase recai justamente no vínculo entre literatura e mundo, ao ver na passagem transformadora dos dados externos da realidade à estrutura interna da obra o momento de uma configuração específica, na qual a instabilidade de elementos e sentidos se resolve numa unificação dialética.

Uma vez que a matéria sócio-histórica se tornou componente de uma estrutura literária, sublinha o autor, a obra pode ser estudada em si mesma; mais do que isso, somente pelo estudo da forma será possível apreender a leitura que uma determinada composição fez dos aspectos sociais. (Note-se entre parênteses que a formulação era avançada não só no âmbito do debate brasileiro — àquela mesma altura dos anos 1950, quando escreveu a maioria dos capítulos desse volume

lançado em 1965, outro crítico eminente, Theodor Adorno, chegava à célebre definição da forma literária como “conteúdo social sedimentado”, em sua *Teoria estética*.)

Além dos inegáveis avanços teóricos desse livro, e de seu cuidadoso exame da história literária, a atualidade de *Literatura e sociedade* está no espírito livre com o qual Antonio Candido analisa a força, as fraquezas, as dificuldades e ganhos cognitivos da cultura de um país de contrastes gritantes. *A literatura é um direito*, defendeu o crítico em diversas ocasiões, especialmente durante a elaboração da Constituição de 1988, no artigo “O direito à literatura” e na palestra “A literatura e a formação do homem”. Sem preconceitos ou nacionalismo — o nacionalismo é uma das matérias *examinadas* no livro, quando a literatura tomava para si a infinda tarefa de contribuir para a formação do país —, o pensamento esclarecido de Antonio Candido não deixa de oferecer ao leitor a sensibilidade para outras luzes. Vejam-se as lindas passagens, no capítulo 3, em que analisa a força concreta das imagens ligadas aos alimentos na poesia dos povos originários e a diferença em relação a imagens semelhantes, despidas de sua natureza específica, em poemas cujos autores não participaram diretamente da obtenção dos meios de vida.



Ana Paula Pacheco é escritora e professora de teoria literária e literatura comparada na USP, autora dos livros *Lugar do mito*, sobre a obra de Guimarães Rosa (Nankin, 2006), *A casa delas*, volume de contos (Nankin, 2009), *Ponha-se no seu lugar!* (Ática, Coleção Vaga-Lume, 2020) pelo qual recebeu o prêmio Seleção Cátedra Unesco. Acaba de lançar pela Fósforo Editora o romance *Pandora* (2023).